

Relatório

Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente

Total de participantes - 39 pessoas: João Trevisam-CNTSM; Fernando Alvares- CNQ; Crislaine Bertazzi-FETEC-SP;;Cláudia Rejane de Lima-SNO/CUT; André Araújo de Almeida-Químicos ABC; Plínio Pavão-CONTRAF; Gilberto Salviano da Silva-INST/CUT; Sanny Lima Braga-CONFETAM; Vitor Luiz Silva Carvalho – SINDIPETRO-NF; LindinereJane F. Filho-CUT PE; Dary B.Filho – CUT Nacional; Ana Rosa G.Costa SINDSEP; Antonio Carlos Spis-CUT NACIONAL; Denílson B. Costa-CNTE; Marcília C.S-SINDISEP; Francisco Ap. Silva-SINTICOM SP;Luacy da Mata-FITTEL AM; Fernando Álvares-CNQ; Jose Freire da Silva – QUÍMICOS ABC; Dário Carneiro-CONTICOM;Lílian Alves Vieira-SINDIPETRO RJ; Marcos Miranda-BANCÁRIOS SP; Itamar Sanches-UNIF SP; Fabio Tadeu B. Ribeiro-UNIF SP; Francisco Vidal Coelho-CONTRACS SP; Maria Godoy-CNTSS SP; Maria Isabel da Silva-Bel- CUT SP; Roque Assunção –CNM; Evandro R. Silva-FETRACS SP; Artur Henrique S Santos – Presidente CUT NACIONAL; Walcyr P. Bruno-Bancários SP; Cleonice Ribeiro-SindSaúde SP; Benedito Alves de Souza-QUÍMICOS SP; Elaine Ap. Leoni-ELETRICITÁRIOS SP; Leonardo Severo-CUT NACIONAL; Ana Maria-SECOR OSASCO SP; Edinalva Lopes de Sá-SECOR OSASCO SP; Fátima Ribeiro dos Santos-SEEB GUARULHOS SP; Agnaldo Vaz-CNQ; Maria Maeno-FUNDACENTRO.

A reunião do Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente realizada no dia 27/09/06 na sede da CUT foi coordenada por Antonio Carlos Spis 1º Tesoureiro da CUT Nacional. Teve ainda a participação o Presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos e Dary Beck Filho - Direção Executiva, além da participação de representantes sindicais de vários ramos e CUT's Estaduais

Antonio Carlos Spis fez a abertura da reunião dando boas vindas aos presentes, sugerindo que cada participante se apresentasse. Foi apresentada à pauta proposta para o encontro, lembrando do conjunto dos informes e a discussão sobre a Medida Provisória 316.

Conforme já prescrito no documento da pauta, foram apresentados os dados estatísticos dos acidentes do trabalho do ano 2004 e 2005(veja tabela abaixo) e os custos referentes aos anos 2000 e 2003.

ACIDENTES DE TRABALHO NO BRASIL DE 1970 A 2005

Total Acidentes de Trabalho Período 1970-2005	34.092.099
Total de Acidentes Típicos	32.052.855
Total de Acidentes de Trajeto	1.622.932
Total - Doenças relacionadas ao trabalho	416.312
Total de Óbitos	139.010

ACIDENTES DE TRABALHO /ANO 2004

Crescimento do trabalho formal	24.793.269
Acidentes registrados	465.700
Acidentes típicos	393.921
Acidentes de trajeto	60.335
Doenças do trabalho	30.334
Mortes	2.839

Obs. 42% dos acidentes de trabalho atingem os jovens de 19 a 29 anos.ACIDENTES DE TRABALHO /ANO 2005

Crescimento do trabalho formal	26.429.680
Acidentes registrados	491.711
Acidentes típicos	375.171
Acidentes de trajeto	67.456
Doenças do trabalho	30.194
Mortes	2.708

Custo financeiro das doenças e acidentes de trabalho

Ano 2000 - R\$23,6 bi (2,2 do PIB)

Ano 2003 - R\$32,0 bi (Estimativa do MPS)

Benefícios e aposentadorias especiais

Ano de 2000 - R\$5,9 bilhões

Ano de 2003 - R\$8,2 bilhões

A respeito dos dados de acidentes e doenças do trabalho foram apresentadas as seguintes considerações:

- ✓ Os acidentes e doenças do trabalho registrados no INSS se referem apenas aos trabalhadores celetistas com carteira assinada;
- ✓ Estão de fora das estatísticas os trabalhadores informais, estatutários nas esferas municipal, estadual e federal.
- ✓ A subnotificação têm sido uma prática comum nas empresas que não comunica as doenças e acidentes no trabalho ao órgão da Previdência Social. A situação se agrava com a descaracterização dos acidentes e doenças do trabalho, prática comum dos peritos do INSS, resultando em sérios prejuízos para os trabalhadores.

Campanha Unificada - Sobre esse assunto, foi passada a palavra ao Presidente da CUT que chamou a atenção sobre a importância do tema saúde do Trabalhador estar articulado com o conjunto das ações da Central. Neste sentido o Coletivo Nacional de Saúde deve ter papel importante – Disse que no planejamento da CUT a ser discutido no próximo mês de novembro está pautada a saúde e segurança, controle do ritmo de trabalho, assédio moral, organização no local de trabalho, pois são questões que fazem parte do projeto histórico de luta da CUT. Artur falou da importância de ter uma assessoria técnica, um banco de dados e sobre o fortalecimento do Coletivo Nacional que dê a orientação para ação política. Chamou a atenção para a retomada do papel do INST. “Não podemos funcionar apenas com recursos externos”.

Em seguida vários sindicalistas tomaram a palavra, incorporando ao debate várias questões como:

Debater sobre o papel do INST e sua estrutura. Fazer reunião para discutir o papel do Coletivo Nacional para o enfrentamento político; Os trabalhadores do setor público não são contemplados pelas mesmas normas que protege os trabalhadores do setor privado. Ampliação da organização das CIPAS. Incorporar no contrato coletivo nacional as questões de saúde. Articular os ramos para discutir a Aposentadoria Especial. Dialogar e qualificar os conselheiros representantes da CUT que participam dos vários espaços públicos – ter uma política para o setor. Há dificuldades dos representantes dos trabalhadores em participar das reuniões dos GTT, CNPN por falta de recursos financeiros, pois o Ministério do Trabalho não está mais arcando com as despesas.

CTPP - Comissão Tripartite Paritária Permanente - Plínio Pavão-CONTRAF que representa a CUT na CTPP, falou sobre a função do órgão tripartite, da cultura de consenso a qualquer custo. Informou que as reuniões para as alterações da NR4-SESMET – Serviços Especializado

em Segurança e Medicina no Trabalho estarão sendo retomados em 120 dias. Que a defesa de propostas sobre a Intersetorialidade, Autonomia dos Técnicos e o Controle Social sobre o SESMET, têm sofrido retaliações por parte dos patrões. Plínio informou ainda sobre: as Alterações do Anexo 1 da NR17 - Ergonomia - Check out dos Caixas de Super/Hipermercados que vêm sendo acompanhada por Lucilene Binsfeld Muro(Tudi) - Presidente CONTRACS; NR33-Espaços Confinados e NR12-Máquinas e Equipamentos. Com relação a NR12, os representantes da CUT, são Sidney Batista da Rocha - Sindicato dos Trabalhadores de Produção de Gás de SP e Marcelo Ferraz de Toledo – CNM, indicações essas encaminhadas ao Ministério do Trabalho em 05/08/05. Abaixo outras indicações, conforme abaixo:

Teleatendimento - NR 17 – Anexo 1

Walcir Previtalo Bruno - Secretário de Saúde – Sindicato dos Bancários de São Paulo
Marcos Roberto Emílio – SINTRATEL – SP

Explosivos - NR19: Anexo 1 - Fogos e Artifícios

Fernando César Álvares – Secretário de Saúde – Confederação Nacional dos Químicos
João Ap. Trevisan Neto – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral

Comissão Nacional Permanente de Negociação – CNPN: NR32 - Serviços em Estabelecimento de Saúde – NR-32

Maria Godoy - Confederação Nacional de Seguridade Social
Aizenaque Grimaldi de Carvalho – Sindicato dos Médicos de São Paulo
Com relação a CNPN – da NR32, o objetivo da comissão a ser implantada é acompanhar, monitorar a implantação das diretrizes a serem aplicadas nos ambientes de trabalho nos estabelecimentos hospitalares.

Sobre a NR32, Maria Godoy informou que a CNTSS, realizará nos dias 10 e 11 de Novembro/2006 - (à confirmar) - Seminário Nacional para debater sobre o tema.

Entre outras questões levantadas sobre as NR's – Normas Regulamentadora, foi proposto criar uma norma sobre máquinas injetoras, pois os trabalhadores de outras regiões do país estão sendo vítimas de acidentes do trabalho e não estão protegidos pelos acordos regionais.

Maria Godoy - CNTSS e Maria Isabel - CUT SP, informaram sobre a indicação dos representantes da CUT na Comissão Nacional de Saúde -CNS.Foram indicados pela CUT NACIONAL para compor a Comissão Nacional de Saúde: Maria Isabel - titular, Gilda de Almeida CUT SP -1ªSuplência e Arnaldo Marcolino CUT SP- 2ªSuplência. Outras comissões como a Comissão Interinstitucional de Saúde do Trabalhador – CIST e Comissão Nacional de Recursos Humanos serão formadas por representantes dos trabalhadores, devendo a CUT indicar seus representantes.

Seminário – Diretrizes da 3ª Conferência Nacional de Saúde - O Seminário deveria ser realizado nos dias 04 e 05 de abril, porém foi adiado. Foi consenso na reunião a importância do tema, devendo o Seminário ser realizado no próximo ano/2007.

Situação atual do INST – Projeto de Formação INST/CUT- DGB/BMZ - Apenas um único projeto de formação de formadores em saúde do trabalhador na região SUDESTE em andamento. Público alvo, dirigentes e assessores. Objetivo é atender as demandas de formação de seus ramos. O projeto é de três anos, sendo que já estamos no 2ºano de atividade. Sendo que neste ano mês de novembro será feita avaliação do projeto com a participação do Coletivo Nacional de Saúde.

Cobertura Previdenciária Estimada – COPEs - Foi apresentado na reunião, manifesto (abaixo) enviado pelo Coletivo Estadual da CUT – BA, trata-se de um documento sobre a situação que os trabalhadores vêm enfrentando junto ao INSS e o decreto nº5.844 de 13/07/2006 assinado pelo Presidente da República

**DIA 20.07.2006 – DIA NACIONAL DE LUTA PELO FIM DO COPEs
MANIFESTO À CUT**

Após a implantação da COPEs – (Data Certa) pelo INSS, a intervenção do movimento sindical foi decisiva para proposição de alternativas que viessem a devolver aos trabalhadores os direitos subtraídos pelo referido programa. Nesse sentido a mobilização se deu a partir da construção da luta organizada pelas entidades sindicais, principalmente a partir da Bahia, envolvidas nas questões relativas às doenças ocupacionais e acidentes do trabalho, bem como aos agravos à saúde do trabalhador.

A estratégia passou a ser montada a partir dos fóruns de debate estabelecidos com a Previdência Social e a preparação para as Conferências de Saúde do Trabalhador nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Passeatas, seminários, Audiências Públicas em Salvador e em Brasília, encontro com parlamentares e até reunião com o Ministro da Previdência, Nelson Machado, na sede da CUT-BA, fizeram parte da pauta das mobilizações. Ainda no ano passado a Procuradoria da República recebeu denúncia sobre a questão e o Sindicato dos Bancários da Bahia numa ação inédita no Brasil logrou a suspensão da COPEs para a categoria bancária.

Para nossa surpresa após a Justiça Federal em vários Estados reconhecer a ilegalidade da COPEs, através das ações civis públicas impetradas, o Presidente da República no dia 13.07.2006, contrariando todo processo de avanço pela luta dos trabalhadores legitimou o famigerado programa através da assinatura do Decreto N° 5.844, o qual acresce parágrafos ao art. 78 do RPS (Regulamento da Previdência Social) aprovado pelo Decreto N° 3048/99, marca registrada do governo FHC e gestão de Waldeck Ornelas, como Ministro da Previdência Social, causando dessa forma um retrocesso sem precedentes aos segurados afastados por auxílio-doença.

Não compreendemos como uma medida tão impopular tenha sido sancionada pelo presidente Lula, num momento crucial em que vive o país, em que a menos de sessenta dias estaremos realizando as eleições para escolhermos o próximo Presidente da República e a CUT, no seu último Congresso referendou o apoio a re-eleição de Lula.

Nesse sentido nós do Coletivo de Saúde da CUT-BA exigimos um posicionamento da Central Única dos Trabalhadores, em relação ao momento de “equivoco” cometido pelo Governo e solicitamos medidas emergenciais no sentido de que seja revogado imediatamente esse Decreto.

Quando da implementação da OI N°138, de 11.05.2006 (PP - Pedido de Prorrogação), tentou-se amenizar o erro provocado, pela OI 130 (COPEs), de 09.08.2005 e abafar o caos advindo de uma realidade desfavorável ao conjunto dos trabalhadores que foi piorada após a implementação do Data-Certa. É preciso intensificar a luta, continuar mobilizados e exigir que a resolução da 3ª CNST (proposta nº. 36) seja implementada imediatamente.

Todos à Luta até a vitória

ASSINAM:

Coletivo de Saúde da CUT-BA
CEAPLER-Centro de Estudos, Prevenção
e Apoio a Portadores de LER/DORT
Federação dos Bancários da Bahia
FETIM-BA
FETRACOM – BA
Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia
Sindicato dos Comerciantes da Bahia

SINDCARNE
SINPOSBA
SINDIBEB
SINDISAÚDE
SINDITÊXTIL
SINDADOS-BA
Sindicato dos Bancários da Bahia
SINTRACOM –BA

Ainda sobre COPEs, foi informado que:

- ✓ Direção Executiva da CUT Nacional se reuniu no dias 15 e 16 de Dezembro de 2005 e se posicionou pelo aprofundamento e a necessidade de fazer o debate.

- ✓ A 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador – CNST, realizado em Brasília se posicionara pela suspensão imediata do Programa Data Certa/COPEs.
- ✓ Em 24/03/ 2006 o Coletivo Nacional se reuniu e debateu o assunto com a participação do Sr. Carlos Eduardo Gabas – Secretário Executivo da MPAS. Nesta reunião foi proposta pela maioria dos sindicalistas presente o fim da COPEs;
- ✓ Em 05/05/2006, em reunião na superintendência do INSS – SP, juntamente com representantes de vários sindicatos, o Sr. Carlos Eduardo Gabas propôs através de **ORIENTAÇÃO INTERNA Nº 138 INSS/DIRBEN, DE 5 DE MAIO DE 2006** alterações no programa, porém essas não aliviaram os problemas dos trabalhadores.
- ✓ No 9º Congresso Nacional, a CUT se posicionou contrário a COPEs, exigindo imediata contratação de peritos.

Entretanto o manifesto/COPEs provocou várias manifestações dos sindicalistas presentes à reunião como:

- ✓ A necessidade de criar dispositivos para o controle da Perícia médica;
- ✓ Novos peritos estão sendo contratados, mas a cultura continua a mesma;
- ✓ O Sistema COPEs é um programa equivocado. Era para combater as fraudes e acabou prejudicando os trabalhadores;
- ✓ A perícia médica deve ser ética e humana;
- ✓ A CUT deve chamar uma reunião com a federação e sindicatos dos médicos para discutir sobre a perícia médica;
- ✓ Angra dos Reis - vários trabalhadores lesionados e com alta médica dada pelos peritos do INSS local;

Diante das manifestações foi proposto a realização de uma reunião para aprofundar o debate e propor novos encaminhamentos de ação política.

Medida Provisória 316 – Nexo Técnico Epidemiológico

O debate em torno do tema teve início com a apresentação da Dra. Maria Maeno Médica Sanitarista do Centro de Referência de Saúde do Trabalho – SP e Pesquisadora da FUNDACENTRO - Na exposição ela faz um resgate histórico das doenças relacionadas ao trabalho dos marinheiros das grandes navegações no século XV. Esses trabalhadores desenvolviam doenças com características semelhantes em razão de estar submetido às mesmas condições de trabalho. Falou sobre a epidemiologia na Saúde Pública relacionando câncer do pulmão e fumantes, câncer do pulmão e exposição ao Amianto, câncer do fígado e cloreto de vinila, silicose e a exposição à poeira de sílica.

Ainda sobre epidemiologia do cotidiano que reflete as doenças que atingem parcelas da população - crianças e adultos - como a gripe, meningite, dengue e malária e sobre a evolução dos estudos epidemiológicos no Brasil.

Abordou as estatísticas de acidentes típicos, doenças e mortes – 3 mil mortes/ano, a cada 2 horas morrem três trabalhadores. 300 mil acidentes/ano. A cada minuto três trabalhadores são acidentados. Tudo isso a um custo de 8,2 bi para a sociedade, 4% do PIB. E que apesar disso, saúde do trabalhador é um direito constitucional, que deve garantir a promoção da saúde, prevenção de danos, recuperação e reabilitação profissional, com responsabilidades dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Previdência Social.

Apontou para o aparato administrativo nas empresas – SESMET, PCMSO, PPRA que não dá visibilidade social das doenças e acidentes de trabalho, tendo apenas uma preocupação cartorial. É o trabalhador que tem que provar que ficou doente na empresa. O que provoca processos jurídicos que se arrastam por vários anos. O trabalhador não suporta isso!

Mencionou um estudo da Previdência Social relacionando as estatísticas de afastamento dos trabalhadores com auxílio doença que apresentam doenças comuns para uma mesma atividade econômica e não são caracterizados como relacionadas ao trabalho, o que implica na subnotificação nas estatísticas do INSS. Nesse mesmo estudo da Previdência mostrou que algumas doenças são relacionadas a determinados ramos de atividade

Lembrou que há uma lista de aproximadamente 200 doenças ocupacionais onde as Lesões por esforços repetitivos representam 50% das doenças que foram as mais registradas no INSS durante os últimos anos, demonstrando uma defasagem em relação às outras doenças. E que para fazer frente ao conjunto de problemas que os trabalhadores vêm enfrentando ao longo dos anos, profissionais de saúde, sindicatos e outros setores há muito tempo vêm lutando para reverter esse quadro.

A 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador foi um marco histórico, pois entre tantas diretrizes, foi aprovada pelos delegados a instituição do Nexo Técnico Epidemiológico.

MEDIDA PROVISÓRIA 316 DE 11/08/2006 – CRIOU O NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO

- ✓ “Se uma doença é mais freqüente em um ramo de atividade, ela passa a ser peculiar daquele ramo”;
- ✓ “A relação da doença com o trabalho, passa a ser automática e, o benefício concedido é acidentário”;
- ✓ “O ônus da prova passa a ser do empregador”.

Qual a diferença para o trabalhador?

- ✓ “O registro e a concessão do benefício acidentário não dependerão mais da CAT”;
- ✓ “O trabalhador passa a ter o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS recolhido durante o afastamento do trabalho”;
- ✓ “O trabalhador passa a ter um ano de estabilidade após o retorno ao trabalho”.
- ✓ “O INSS terá mais chance de entrar com ações regressivas prevista no decreto 3.048/99”;
- ✓ “O INSS, poderá multar as empresas que não emitem a CAT para as doenças ocupacionais”;
- ✓ “O INSS terá número estatísticos mais próximo da realidade”.

Após a exposição, foi aberto para os presentes fazer esclarecimentos, debates e encaminhamentos sobre o tema.

Entre várias questões levantadas, uma mereceu destaque como: “Incapacidade é um ato médico. Nexo não é um ato médico”. Para refletir sobre essa questão, foi argumentado que determinadas doenças do trabalho não podem ser decididas apenas por um médico, mas por uma equipe multidisciplinar.

Algumas informações foram apresentadas como:

- A MP316 já se encontra no Congresso para ser votada; Deputados Federais apresentaram emendas supressivas e modificativas que pode alterar os artigos da MP em prejuízo dos trabalhadores.
- Secretariado da CUT aprova, encaminhar documento juntamente com as outras Centrais em apoio a MP 316, para que o mesmo seja votado na íntegra, (veja anexo)

O documento deverá ser encaminhado para:

Presidência da Câmara dos Deputados – Deputado Aldo Rebelo;

Presidente do Senado – Senador Renam Calheiros;

Ministério da Previdência Social – Ministro Nelson machado em m apoio à Medida Provisória 316 para que a mesma seja aprovada na sua íntegra.

Diante do debate e defesa da MP 316, foram os seguintes encaminhamentos a ser apresentado na próxima reunião da executiva nacional:

- ✓ Verificar a tramitação da Medida Provisória 316 na Câmara;
- ✓ Encaminhar documentos orientando as CUT's Estaduais a fazer manifestações nos Estados em defesa da MP316 e buscar apoio dos deputados federais para sua aprovação;
- ✓ Orientar para que as manifestações nos Estados sejam articuladas com as outras Centrais Sindicais.
- ✓ Organizar calendário de manifestações, com um dia nacional de luta;
- ✓ A CUT deve articular uma audiência com a Casa Civil e Presidência da Câmara dos Deputados
- ✓ A CUT deve articular uma reunião com os Sindicatos de médicos e federações filiadas a Central para debater sobre os problemas que os trabalhadores enfrentam junto às perícias médicas;
- ✓ Próxima reunião do Coletivo Nacional de Saúde, - dia 01/11/06 – A confirmar.

Antonio Carlos Spis
1º Tesoureiro – CUT NACIONAL

P/
Gilberto Salviano da Silva
Assessor – INST/CUT